

Jornal Noticias

15-03-2019

Periodicidade: Diário

Classe:

Informação Geral

Âmbito: Tiragem: 60963

Temática: Justica

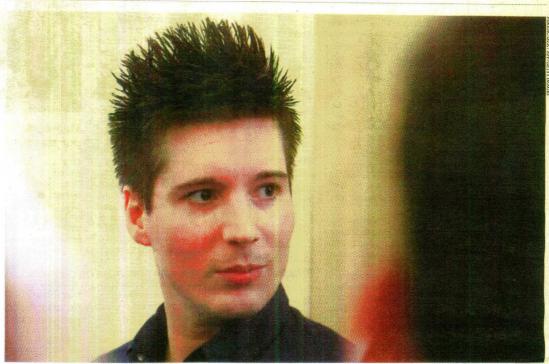
Dimensão: 1589

Imagem: Página (s): 12/13

16 de março de 2019 Jornal de Notícias

Rui Pinto ouvido na próxima semana pelo MP em Portugal

Tribunal húngaro rejeitou recurso dos advogados do hacker para evitar extradição para o nosso país. Polícia Judiciária vai buscar arguido



Rui Pinto viu recusada por um tribunal superior húngaro a sua oposição à extradição para Portugal

PORMENORES

Novas investigações A informação contida

Colaborações

Alexandre Panda alexandre.panda@jn.pt

FOOBALL LEAKS Rui Pinto, o pirata informático de Vila Nova de Gaia detido na Hungria a pedido das autoridades portuguesas, chega na próxima semana a Lisboa. onde será interrogado no Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC). A justiça húngara rejeitou ontem o recurso interposto pelos advogados de Rui Pinto, que queriam evitar a extradição. O prazo máximo de entrega do detido a Portugal é de dez dias e o material informático que lhe foi apreendido chega no mesmo dia.

De acordo com informações recolhidas pelo JN, serão inspetores da Polícia Judiciária (PJ) que irão escoltar Rui Pinto, de 30 anos, desde a cadeia de Budapeste até à sede da PJ em Lisboa. A operação de extradição, que deverá ser discreta de forma a garantir a segurança do pirata informático, pode acontecer já na próxima semana, depois de as autoridades húngaras e portuguesas acertarem os pormenores de logística. Rui Pinto viajará de avião, seguindo para a sede da PJ e depois para o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP). Ali será formalmente constituído arguido por crimes informáticos e tentativa de extorsão no caso envolvendo o fundo Doven, de investimento ligado ao futebol. Depois, será ouvido por um juiz de instrução, que determinará as medidas de coação.

PAI ESPERAVA DECISÃO

Ao JN, Francisco Gonçalves, pai de Rui Pinto, disse que não ficou surpreendido com a decisão do tribunal de Budapeste. "Já estávamos à espera. Desejo que a justiça portuguesa seja justa a julgar o meu filho. A detenção dele foi uma fraude, tal como a extradição. O tribunal húngaro não respeitou a lei", disse o pai de Rui Pinto.

Detido a 16 de janeiro, no âmbito de um mandado de detenção. ao qual se opôs, Rui Pinto foi coloca do pelo tribunal de Budapeste

CASO DOS E-MAILS

Alargamento do mandado permite audição sobre Benfica

O Ministério Público pediu o alargamento do âmbito do mandado de detenção europeu para poder ouvir Rui Pinto sobre as suspeitas de que tenha sido ele a roubar os e-mails do Benfica, na base de uma investigação por corrupção. As suspeitas baseiam-se nas semelhanças entre os ataques à Doyen e ao Benfica, Rui Pinto também é suspeito de gerir o blog "Mercado do Benfica" que, ao longo dos últimos meses, divulgou massivamente correspondência eletrónica de dirigentes e funcionários do clube encarnado. Desde a sua detenção, o "Mercado do Benfica" parou a divulgação de mensagens dos encarnados.

em prisão domiciliária à espera de uma decisão que surgiu há dez dias. Uma juíza aceitou o pedido de extradição, que foi agora confirmado por um tribunal superior, apesar do gaiense garantir que corre perigo de vida em Portugal e que recebeu sérias ameacas.

Rui Pinto apresentou-se sempre como o denunciante do caso Football Leaks, que tornou públicos "podres" do futebol europeu, assegurando ainda ser um "alvo a abater". Recusa confiar na justiça portuguesa, que, segundo o próprio, é incapaz de investigar a "máfia do futebol", dando como exemplo os casos de que é alvo o Benfica. Também recusou as acusações de extorsão à Doyen.

As autoridades portuguesas vão estar atentas a qualquer tipo de ameaça contra Rui Pinto ou familiares, que podem vir a beneficiar de medidas de segurança, incluindo, caso manifeste vontade disso, a integração num programa especial de proteção de testemunhas e arguidos.



Jornal Noticias

15-03-2019

Periodicidade: Diário

Informação Geral

Âmbito:

Classe:

Nacional

Tiragem: 60963

Dimensão: 1589 Imagem: S/Cor Página (s): 12/13

Justica

cm

Temática:

Eurodeputada pede "independência" a juiz de Rui Pinto

Ana Gomes espera que justiça proteja pirata, em função das suas denúncias



Ana Gomes é favorável à proteção de Rui Pinto

Nelson Morais
iustica@in.pt

DEFESA A eurodeputada Ana Gomes pediu ao juiz que há de interrogar e aplicar medidas de coação a Rui Pinto que atue com "independência", garanta a sua segurança e tenha em conta a diretiva europeia, em vias de aprovação final, de proteção dos "whistleblowers" ("denunciantes" ou "alertadores").

"Espero que o juiz, quem quer que seja, decida com a máxima independência e imparcialidade, ainda por cima à luz dos receios que o Rui Pinto fundadamente tem [sobre a sua segurança em Portugal]", vincou Ana Gomes, observando que a justiça portuguesa "tem gente séria e gente capturada".

No final de 2018, o Parlamento Europeu (PE) aprovou uma proposta de diretiva para proteção de denunciantes, que permitiu, esta semana, um "acordo provisório" com os estados-membros. Ainda falta a apreciação final pelo Plenário do PE e pelo Conselho, mas Ana Gomes entende que "o impacto, desde já político, desta diretiva que está na forja não pode deixar de ser levado em conta pela justiça portuguesa no caso de Rui Pinto".

O texto da diretiva diz que as pessoas que integram or-

ganizações e denunciam ilegalidades não devem ser, por exemplo, demitidas ou processadas. Ana Gomes admite que "o texto inicial do PE visava alargar a proteção para além das pessoas de dentro das organizações, mas os governos não deixaram". "Apesar de tudo, o que lá está é bastante positivo", acrescenta, concluindo que a diretiva, tal como está, "vai reforçar o quadro geral da proteção dos whistleblowers, reforçar a importância do interesse público que é servido pelos whitleblowers, e, portanto, isso vai ajudar o Rui Pinto".

PORMENORES

Sem um gesto

"As autoridades portuguesas sabiam, pelos vistos, quem era Rui Pinto, que ele era uma das fontes do Footbal Leaks, e nunca fizeram um gesto, conforme ele disse, para falar com ele, tal como fizeram as autoridades alemãs, francesas, espanholas", compara a eurodeputada.

Fundo estranho

Ana Gomes diz que as autoridades portuguesas só "acordam" para Rui Pinto após a queixa do Doyen, "que é um fundo estranhíssimo, ligado a uma organização mafiosa cazaque".